

APARÊNCIAS E RESSONÂNCIAS DE UMA HISTÓRIA DA APA PRATIGI: REVISITANDO A BIBLIOGRAFIA E BUSCANDO NOVAS FONTES – ANO I.

LIMA, Marcos Vinícius Andrade¹; GONÇALVES, Rafaela Sousa²; NOLASCO, Marjorie Csekö³

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduando em História, Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, email: marcos.braganca1@gmail.com
2. Co-orientadora, Mestranda no Programa de Pós Graduação em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente - PPGM, UEFS, email: rafaela.uefs@gmail.com
3. Orientadora, Departamento de Ciências Exatas, UEFS, email: mcn@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: História Ambiental, Baixo Sul, Análise Documental

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a produção acadêmica no campo da História Ambiental tem crescido exponencialmente. Sua abordagem metodológica emprega uma mescla incomum entre ciências naturais e humanas, e exclama pela relação homem-natureza, incorporando variáveis ambientais aos estudos sobre as sociedades. A capacidade de entender como as características ambientais influenciaram as ações humanas e as conseqüências destas sobre o meio ambiente, são marca da História Ambiental.

O estudo pretende subsidiar a construção de uma História da Área de Proteção Ambiental do Pratigi (APA do Pratigi), localizada no Baixo Sul do estado da Bahia, através da análise bibliográfica e documental.

Apesar de sua recente criação - em 1998 - a área de estudo apresenta rico histórico de modificações ambientais, pois se encontra na Mata Atlântica que foi intensamente explorada desde o período colonial. No último século, apresenta os ciclos econômicos de borracha e cacau e sofre influências de políticas federais, a exemplo da criação de assentamentos rurais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desde a década de 1950, e da Modernização Conservadora de 1970.

A documentação histórica disponível sobre a área de estudo pode revelar ou confirmar desdobramentos destes processos a nível local, e as conseqüências na atual configuração espacial, recentemente convertida em Unidade de Conservação (UC).

METODOLOGIA

Além do levantamento bibliográfico, emprega-se a metodologia da pesquisa documental tradicional, envolvendo a busca, triagem e análise das fontes disponíveis. A busca abrangeu Fóruns e Cartórios de Registro de Imóveis das cidades incluídas na APA (Ituberá, Nilo Peçanha, Igrapiúna, Piraí do Norte, Ibirapitanga), e outras que apresentam vinculações territoriais históricas, a exemplo dos municípios de Cairu e Valença. Nessas instâncias apresentou-se a requisição para acesso aos arquivos, que depende da anuência do/a juiz/a responsável. Só depois disto passamos a triagem e digitalização e/ou fotografia, e armazenamento em disco.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento apenas algumas comarcas autorizaram acesso aos documentos (Tabela 1), que se encontram em fase de análise inicial. O referencial bibliográfico revisitado sugere as discussões apresentadas abaixo.

1. Configuração Socioespacial de 1560 a 1800:

Examinar a história do Baixo Sul da Bahia, anteriormente Tabuleiros Costeiros de Valença, significa estudar os municípios advindos da antiga comarca de São Jorge dos Ilhéus: Camamu, Ituberá, Valença, Igrapiúna, Nilo Peçanha e Taperoá. (Figura 1)

Tabela 01 – Documentos já liberados e scaneados, por município.

Municípios	Data	Página (s)	Livro (s)	Matrícula Nº	Conservação
Ituberá/ Piraí do Norte	1955	130 - 151	3 - D	3275 - 3345	75%
	1989	131 - 221	2 - G	1339 - 1410	82%
Nilo Peçanha	1955	? - ?	Nº 3	? - ?	70%
	1956	? - ?	Nº 3	170 - 245	65%
Ibirapitanga	Contato previsto em outubro				
Camamu (Igrapiuna)	Contato feito, a espera de respostas outubro				

Na Bahia, foram 11 municípios originários, aqueles que não evidenciam qualquer relação territorial ou administrativa com outro município. No caso, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus doada a Jorge Figueiredo Correia em 1534. Seu território se estendia do “pontal da Baía de Todos os Santos para 50 léguas ao sul”. Mais tarde, Francisco Romero assume a Capitania e “desgostoso” sai da Ilha de Tinharé para o sul, fundando São Jorge dos Ilhéus em homenagem ao antigo donatário.

Em Ilhéus, por volta de 1560, os jesuítas fundaram núcleos de catequese, onde hoje estão Valença e Camamu. Em 1608, criou-se a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu, e em 1651 para garantir que a população não fosse mais ameaçada pelos índios, o governo da Bahia ordenou a entrada da população a partir dos rios de Contas e Maraú. O processo de povoamento foi lento, como a construção da Capela de Nossa Senhora de Macamamu que levou 133 anos, e nomeia Camamu em 1891. (Figura 1).

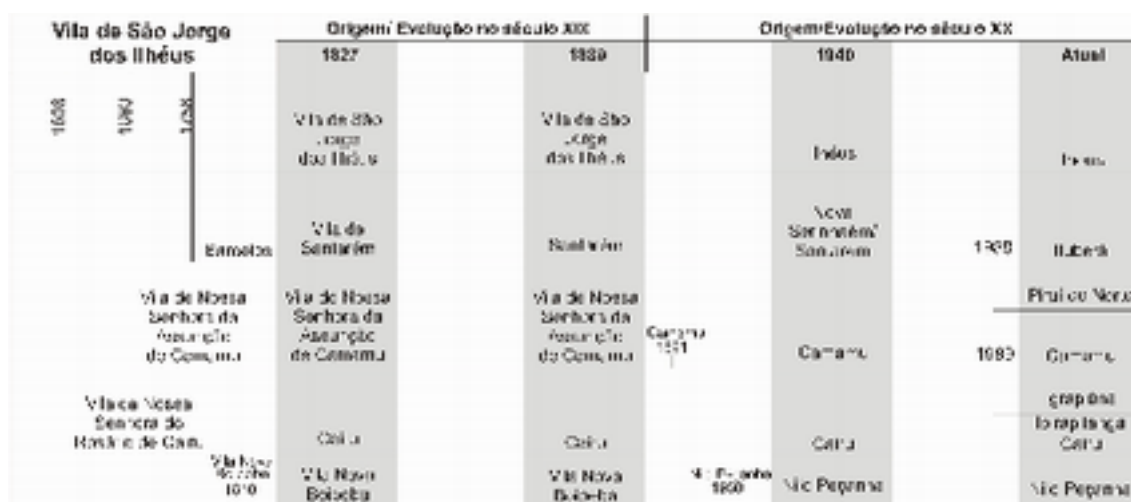


Figura 01: Evolução e origem dos desmembramentos municipais, resultantes do território que compunha a Capitania de São Jorge dos Ilhéus.

Em 1755, os jesuítas foram impedidos de criar novos aldeamentos pelo Marquês de Pombal, que pretendia afastá-los para que as aldeias fossem promovidas a vilas, como Santarém que passou a Ituberá, Barcelos (extinto) e Maraú. Vinte anos mais tarde, final do século XVIII, todas as capitanias haviam sido compradas ou confiscadas pela Coroa e unificadas sob a designação de Capitania da Bahia, que é a semente do atual Estado, com 324 municípios.

2. Configuração socioeconômica - Século XX:

No século XIX, as plantações de cacau indicam o primeiro produto de exportação baiano, razão da ocupação das terras “improdutivas” seguindo um modelo econômico exportador de matéria prima. A matriz industrial da Bahia entre 1960-70, apresentavam

um caráter de indústria de bens de consumo como o sudeste. Entretanto, a concepção de organização do mercado, desconsiderando regionalismos, não atraía investimentos modernizadores para localidades de porte médio, como Baixo Sul que teve um tímido desenvolvimento industrial, mesmo entre 1980-90, quando a Bahia efervescia na metalurgia e petroquímica. Ainda assim a região acompanhou a recuperação econômica entre 1990-96, com o PIB aumentando mais de 50% em função da agropecuária.

Na década de 1980, mas precisamente em 1985, a economia baiana e nacional desacelerou, dentre outros fatores por conta da crise do petróleo, redução de produtividade mundial e elevação dos juros internacionais, registrando entre 1985-90, uma queda brusca de 11% do PIB, frente à fragilidade política do desenvolvimento regional, a seca de 1987 e ao surgimento de produtos alternativos, substituindo *commodities*, como a do cacau.

A partir de 2000, a região apresenta *agrobusiness* e turismo. A agricultura (cacau, coco-da-baía, borracha e dendê) é responsável por quase 90% da área plantada no Baixo Sul. A lavoura cacauzeira em crise desde 1980 com a queda do preço no mercado internacional e a vassoura de bruxa, responde por 50% da área cultivada do Baixo Sul e 27% da produção agrícola.

Os Tabuleiros Costeiros de Valença ao final da década de 80, apresentam os seguintes cultivos: Cairu, especializou-se em coco e piaçava; Igrapiúna, em cacau, cravo, borracha e dendê; Nilo Peçanha, em piaçava, cacau, borracha e pimenta-do-reino; Ituberá, em cacau, piaçava e borracha; e Valença, em cacau, cravo, dendê e mandioca.

3. Criação da APA do Pratigi:

A incorporação da variável ambiental como referência para o desenvolvimento está modificando a conjugação das relações econômicas com o ambiente. Nesse sentido, diferentes modalidades de UC foram propostas e implementadas ao redor do mundo, acompanhadas por legislações específicas.

No caso da APA do Pratigi, a entidade organizadora inicial foi o IDES (Instituto de Desenvolvimento do Baixo Sul), ONG (organização não governamental) que tinha como um dos seus objetivos, preservar a Mata Atlântica. Em 2000, o IDES transformou-se em Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). E em convênio com o CRA (Centro de Recursos Ambientais), estabeleceu a gestão da APA do Pratigi, com sede na cidade de Ituberá. O projeto da APA foi inicialmente co-financiado pelas prefeituras de Nilo Peçanha, Ituberá e Igrapiúna expandindo-se posteriormente a outros financiadores, como World Wide Fund for Nature (WWF) e a Fundação O Boticário.

Entre 2001 e 2003, ocorreram diversas atividades direcionadas à questão ambiental, dentre elas: campanhas de sensibilização ambiental envolvendo os manguezais; curso de artesanato com reaproveitamento de recursos naturais agrícolas; capacitação de adolescentes do Programa de Formação de Adolescentes Voluntários; elaboração de cartilha ambiental; publicação de jornal “*APA do Pratigi: O Futuro Continua Aqui*”; programas de rádio; intensificação da vigilância ambiental. Outra importante parceria da APA do Pratigi foi a SUDETUR que investiu em turismo-ambiental, educação ambiental e gerenciamento de lixo. Entre 2003 e 2004, o Banco Mundial investiu, em equipamentos para elaboração e diagnóstico de manejo ambiental da APA.

É válido destacar a parceria mencionada anteriormente entre IDES e CRA, que visava repasse contínuo de verba para manutenção das atividades da APA, diferencia e apresenta essa APA como o modelo mais eficaz do Estado. Mesmo com curto período de criação, a APA do Pratigi passa da 10ª no ranking do IGA (Índice de Gestão das APA) em 1999, para a 1ª colocação em 2002. No final de 2003, com o fim da parceria

CRA - IDES, após tentativas frustradas de obtenção de verbas, a APA do Pratigi teve suas atividades paralisadas. Até abril de 2006 a APA encontrava-se sem gestor, o que fez cair seu IGC para 27% em 2004. A paralização da APA causou comoção na população, afetando a região e trazendo prejuízos às comunidades antes amparadas por ela, neste quadro se instala a atual configuração da gestão ainda em processo de estudo.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PESQUISA

A História Ambiental confronta a falsa dualidade homem-natureza, propondo-se a integração dessa complexa relação, recorrendo, a uma abordagem interdisciplinar. Desta forma, não deve ser vista como uma redução, mas como uma ampliação da análise histórica, e como uma abertura no dogmatismo científico.

No presente estudo, a revisão bibliográfica revelou condicionantes históricos da atual organização espacial e econômica da área de estudo, principalmente no que diz respeito à configuração dos municípios, e à sua estrutura produtiva, permitindo selecionar dos 11 municípios do Baixo Sul atual, aqueles onde devem estar os documentos de interesse do estudo. Há um vazio no século XIX, que espera-se fechar com documentos históricos, já que dentre os catalogados, observam-se alguns datados de 1860.

Os documentos cartoriais podem trazer novas informações sobre a história da área, entretanto sua localização e liberação tem se revelado uma etapa difícil e delicada para uma IC, já que a busca e localização das fontes são geralmente muito demoradas. Esta é uma questão que estamos enfrentando esse ano.

AGRADECIMENTOS:

A Luiz Eduardo Cunha, quarto membro desta equipe responsável pela análise e confecção de mapas, que infelizmente não pôde ser citado como autor frente à restrição numérica imposta nas regras desta Semana de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS

- PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. Estudos Avançados, Vol. 24-68, Universidade de São Paulo, 2010.
- CAMPOS, Silva. **Crônica da capitania de S. Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. História econômica e social. In: **Diagnóstico socioeconômico da Região Cacaueira**. Rio de Janeiro: CEPLAC, 1975. v.8. il.
- FISCHER, Fernando. **Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial** / [autores] Antonio Nascimento ... [et al.]. – Salvador: CIAGS/UFBA, 2007. 224p.: il.; . – (Coleção Gestão Social - Série Editorial CIAGS).
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI, 2001. 120 p. il. Tab. Mapa. (Série Estudos e Pesquisas, 56).
- TORRES, Leila Muricy (2007) **Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental- a caso das APA da Bahia**. 195 f. Dissertação (Mestrado) Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus. PDF <acessado em 02/08/2013 às 00:58>